

EDITAL Nº 07, DE 21 DE MARÇO DE 2024.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 8º, IV e XXIII da Lei Complementar nº 54, de 7 de fevereiro de 2006; **considerando** as disposições contidas nos arts. 27, 29 e 30, todos da Lei Complementar Estadual nº 54/2006; **considerando** as regras previstas no item 17 do Edital 01/2021/DP/PA, que tornou pública a realização do V Concurso Público para o preenchimento de cargos de Defensor Público de Classe Inicial - Substituto do Estado do Pará; **considerando** o Ato nº 40, de 19 de março de 2024 (D.O.E. nº 35.751, de 20.03.2024), por meio do qual foram nomeados 15 (quinze) candidatos aprovados, bem como o Ato nº 42, de 20 de março de 2024 (D.O.E. nº 35.753, de 21.03.2024), por meio do qual foram nomeados 3 (três) candidatos aprovados, conforme lista de classificação, **TORNA PÚBLICA** a convocação dos(as) aprovados(as) no supramencionado certame, conforme itens a seguir:

1. Relação dos candidatos(as) convocados(as):

1.1. Relacionar a lista de documentos necessários para o preenchimento dos requisitos à posse dos(as) aprovados(as) em Concurso Público, nomeados(as) para o cargo de Defensor Público de Classe Inicial - Substituto do Estado do Pará, na forma do Anexo I deste Edital:

RICK LEAL FRAZAO – classificado em 66º lugar nas vagas para ampla concorrência;

RACHEL MAYNARD SALGADO PETRUZZELLA – classificada em 67º lugar nas vagas para ampla concorrência;

ARTUR AUGUSTO SOARES DA PAZ – classificado em 71º lugar nas vagas para ampla concorrência;

ANA LUIZE DE AZEVEDO SANTULLO VILELLA – classificada em 72º lugar nas vagas para ampla concorrência;

NATHALIE SILVA MARTINS – classificada em 76º lugar nas vagas para ampla concorrência;

RODRIGO ZEIDAN BRAGA – classificado em 78º lugar nas vagas para ampla concorrência;

JOSE LUIS SIMOES MAROJA FILHO – classificado em 79º lugar nas vagas para ampla concorrência;

BRUNO MENDONCA DIAS CARNEIRO – classificado em 80º lugar nas vagas para ampla concorrência;

ALEX GONCALVES BARRETO BAPTISTA – classificado em 82º lugar nas vagas para ampla concorrência;

ANA LUIZA MELO LEAL – classificada em 84º lugar nas vagas para ampla concorrência;

HUGO HOLLANDA SOARES – classificado em 85º lugar nas vagas para ampla concorrência;

MARCELA HENRIQUE LARANJA – classificada em 86º lugar nas vagas para ampla concorrência;

ANA LAURA BAIOCCHI DE SOUZA PARREIRA – classificada em 87º lugar nas vagas para ampla concorrência;

CARLA SUSANE RODRIGUES MIRANDA – classificada em 89º lugar nas vagas para ampla concorrência;

DEMETRIUS FERRAZ E SILVA – classificado em 90º lugar nas vagas para ampla concorrência;

CELMA AGUIAR DA SILVA – classificada em 8º lugar nas vagas destinadas a candidatos negros;

FRANCULINO JOSÉ DA SILVA FILHO – classificado em 32º lugar nas vagas para ampla concorrência;

NEYLTON DA COSTA OLIVEIRA – classificado em 37º lugar nas vagas para ampla concorrência.

1.2. O(a) candidato(a) nomeado(a) poderá requerer final de fila, o que o levará a última posição entre os classificados no certame, ou renúncia ao cargo, o que resultará na sua exclusão da lista de classificados.

1.3. Se o candidato nomeado não apresentar qualquer documentação essencial à posse – ou se esta for considerada incompleta ou insuficiente – ou, tampouco, formalizar pedido de fim de fila, este será automaticamente excluído da lista de classificados do concurso e sua nomeação será tornada sem efeito.

2. Do envio da documentação

2.1. Os(as) candidatos(as) deverão enviar a documentação constante nos Anexos 1 e 2 para o e-mail convocacao@defensoria.pa.def.br.

2.2. A documentação física enviada deverá ser apresentada para conferência no período de **01.04.2024 a 15.04.2024**, após agendamento telefônico através do seguinte contato (91) 3217-2311 ou (91) 98154-7475 (Gerência de Gestão de Pessoas).

2.3. Aos(as) candidatos(as) que não apresentarem a documentação no prazo estipulado poderá ser agendada data de posse diversa da disposta no item 5.1.

3. Da inspeção médica

3.1. Os(as) candidatos(as) serão submetidos(as) à Perícia Médica do Estado para obtenção de Laudo Médico, com vistas a atestar a aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

3.2. Para a realização da Perícia Médica serão solicitadas a seguinte documentação:

- (a) 1 foto 3x4, RG (original e cópia),
- (b) CPF (original e cópia),
- (c) comprovante de residência (original e cópia)
- (d) Exames médicos **originais e atualizados**:
 - 1 - Oftalmológico com laudo
 - 2 - Psiquiátrico com laudo.
 - 3 - Cardiológico com laudo.
 - 4 - Eletrocardiograma com laudo.
 - 5 - Laudo Cardiológico completo.
 - 6 - Hemograma e Glicemia.

3.3. O candidato deverá realizar o agendamento diretamente com a Perícia Oficial do Estado do Pará, por meio dos seguintes telefones: (91) 3194-1316, (91) 3194-1319, (91) 3194-1006.

3.4. Se o(a) nomeado(a) se encontrar em outro Estado, poderá realizar os exames no próprio Estado.

4. Da Comissão de Análise:

4.1 A Comissão de Análise da documentação necessária para a aferição dos requisitos à posse dos candidatos nomeados será composta pelo defensor público RENAN FRANÇA CHERMONT RODRIGUES, ID. funcional nº 5931566, que a presidirá, e pelos servidores MARIANA SHEL FRANCISQUETO, ID. funcional nº 57201223, e PEDRO VICTOR NUNES DE QUEIROZ, ID. funcional nº 57223908, sem prejuízos de suas atribuições institucionais.

4.2 A Comissão será responsável pela organização, análise e emissão de parecer em relação ao preenchimento dos requisitos necessários à posse dos nomeados, bem como o recebimento e análise de pedidos de final de fila e de renúncia/desistência que venham a ocorrer, podendo se valer da estrutura do Gabinete da Defensoria Pública-Geral, bem como editar todos os atos necessários visando ao desenvolvimento de suas atividades.

5. Do relatório da comissão:

5.1. A comissão encaminhará seu parecer com o deferimento ou indeferimento dos requerimentos ao Defensor Público-Geral, que convocará os(as) nomeados(as) aptos(as) para a posse.

6. Da cerimônia de posse:

6.1. Os(as) candidatos(as) nomeados que tiverem sua habilitação ao cargo deferida deverão comparecer à solenidade de posse, na data de 17 de abril de 2024, às 11h, no Palácio do Governo, sito à Av. Alm. Barroso, s/n, Belém – PA, trajando vestes talares no padrão e forma definidos na Resolução CSDP nº 181, de 19 de dezembro de 2016, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará.

7. Dos casos omissos e das disposições finais

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Defensor Público-Geral.

7.2. O presente Edital entra em vigor na data de sua divulgação oficial.

Belém, 21 de março de 2024.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PESSOAIS A SEREM APRESENTADOS

Os(as) candidatos(as) convocados(as) deverão agendar horário e a data para validação da documentação física.

Gerência de Gestão de Pessoas (GGP) – (91) 3217-2311 ou (91) 98154-7475.

Horário: 8h às 14h

I – Relação dos documentos a serem digitalizados e encaminhados em PDF:

LISTA DE VERIFICAÇÃO

ITEN	DOCUMENTOS
01	– Comprovação de pelo menos três anos de atividade jurídica, na forma do artigo 27 §1º da Lei Complementar 54/2006, nos termos da Resolução CSDP Nº 268 de 26 de abril de 2021, combinado com o disposto no item 2.1 do Edital 01/2021 – DP/PA;
02	– Declaração quanto ao exercício, ou não, de outro cargo, emprego ou função na data da Posse;
03	– Certidão de nascimento ou casamento com averbação de separação judicial, divórcio ou óbito, certidão ou escritura pública de união estável, se for o caso;
04	– 2 Fotos 3 x 4 idênticas e recentes;
05	– Laudo Médico expedido pela Divisão de Perícia Médica do Estado (original e cópia autenticada);
06	– Diploma de Graduação em Direito (original e cópia autenticada);
07	– Registro Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
08	– Certidão emitida pelo órgão de classe acerca da existência de eventual condenação irreversível, em relação ao exercício profissional, incompatível com o exercício das funções de Defensor Público.
09	– Carteira de Identidade ou documento com validade equivalente (CNH, Carteira de Identidade Profissional reconhecida legalmente como identidade civil) e CPF (originais e cópias autenticadas);
10	– PIS/PASEP (caso possua);
11	– Título de Eleitor (original e cópia autenticada) e comprovante de haver votado nos dois turnos das últimas eleições ou certidão de quitação eleitoral;
12	– Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Comum Estadual, Comum Federal e Militar Estadual e Federal, dos Estados onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
13	– Certidão de Nascimento dos filhos (se houver);
14	– Certificado de Reservista, se for do sexo masculino;
15	– Comprovante de Residência atual;
16	– Declaração de não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público.
17	– Declarações, conforme modelos em anexo.

ANEXO II
DECLARAÇÕES A SEREM PREENCHIDAS

PRÁTICAS GERENCIAIS DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS (PARA FINS DE NOMEAÇÃO)

DECLARAÇÃO

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, RG nº _____, residente e domiciliado à _____, no município de _____, **DECLARO**, perante a Defensoria Pública do Estado do Pará, com base no que dispõe o inciso III, do art. 58, da Lei Complementar Estadual nº 054, de 07 de fevereiro de 2006, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal, que não exerço, nem me encontro na inatividade em cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

Belém, _____ de _____ de 202__.

Assinatura do nomeado



PRÁTICAS GERENCIAIS DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

DECLARAÇÃO

Eu,.....
., inscrito no CPF sob o nº....., RG nº....., residente e domiciliado à, no município de, **DECLARO**, perante a Defensoria Pública do Estado do Pará, com base no que dispõe o inciso III, do art. 58, da Lei Complementar Estadual nº 054, de 07 de fevereiro de 2006, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal, que:

- Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo:
 Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo:

Órgão:

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado:

Carga Horária:

Cidade/UF:

DECLARO ainda que a distância entre os órgãos em que vou atuar é de aproximadamente km e que utilizarei.....como meio de transporte, gastando no percurso horas e minutos.

Belém,de.....de 20.....

.....
Assinatura do nomeado

OBS: As informações mencionadas acima deverão ser comprovadas mediante documentação específica.

PRÁTICAS GERENCIAIS DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS - INATIVIDADE

DECLARAÇÃO

Eu,.....
., inscrito no CPF sob o nº....., RG nº....., residente
e domiciliado à,
no município de, **DECLARO**, perante o Defensoria Pública do
Estado do Pará, com base no que dispõe o inciso III, art. 58, da Lei Complementar Estadual nº
054, de 07 de fevereiro de 2006, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal
que.....(sim ou não) percebo proventos de aposentadoria conforme segue:

- () Serviço Público Federal
- () Serviço Público Estadual
- () Serviço Público Municipal
- () INSS

Cargo/carga horária em que se aposentou: _____

Data do início da aposentadoria: ____/____/____.

Belém,.....de.....de 20.....

Assinatura do nomeado



PRÁTICAS GERENCIAIS DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO OU NÃO DE GERÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA PRIVADA

DECLARAÇÃO

Eu,.....
..inscrito (a) no CPF sob o nº, RG nº,
residente e domiciliado (a) à
no município de, **DECLARO**, perante a Defensoria Pública do Estado do Pará,
com base no que dispõe o inciso VI, art. 58, da Lei Complementar Estadual nº 054, de 07 de
fevereiro de 2006, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal
que.....(sim ou não) participo de gerência e/ou administração de empresa privada.

Caso SIM, nome da empresa:

CNPJ:

Belém,.....de.....de 20.....

Assinatura do nomeado



PRÁTICAS GERENCIAIS DE GESTÃO DE PESSOAS

**FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO A DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL DO
IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA**

DADOS PESSOAIS DO SERVIDOR

NOME:	
CPF:	RG:
Cargo/Função:	Telefone/Celular:

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo para fins de cumprimento à exigência contida no art.13 da Lei Ordinária Federal nº 8.429, de 1992, com redação dada pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021 e seus respectivos parágrafos, o acesso às declarações anuais apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as respectivas retificações, conforme Decreto Estadual nº 1.712, de 12 de julho de 2021, aplicável à Defensoria Pública do Estado do Pará em razão de ausência de norma interna específica.

_____/PA, ____/____/202____.

(assinatura declarante)

PRÁTICAS GERENCIAIS DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome do Agente Público: _____

CPF: _____

Órgão/Entidade: _____

Cargo/Emprego/Função: _____

O Agente Público Estadual subscritor do presente instrumento, ciente dos termos do **Decreto Estadual nº 1.712**, de 12 de julho de 2021, declara para os devidos fins, que:

() Não possuo bens ou direitos a informar que constem em meu nome ou de meu cônjuge/companheiro (a) e dependentes.

() Apresento a declaração de bens e valores que compõem meu patrimônio, incluindo cônjuge/companheiro(a) e dependentes, conforme segue:

CÓDIGO DE RELAÇÃO DE VÍNCULO OU DEPENDÊNCIA ¹	CÓDIGO DO BEM OU DIREITO ²	DESCRIÇÃO DO BEM OU DIREITO	VALOR (R\$) ³

1 – Inserir código de acordo com a Tabela de Relação de Vínculo ou Dependência (Anexo VI) para indicar uma pessoa que detém o bem ou o direito;

2 – Inserir código de acordo com a Tabela de Códigos de Bens e Direitos (Anexo V);

3 – Informar o valor da aquisição, valor pago ou o saldo, conforme o caso, observando as informações contidas no campo “OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR”, da Tabela de Códigos de Bens e Direitos (ANEXO V).

RAZÃO DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES:

() Ingresso na Administração Pública.

() Atualização Anual da Declaração de Bens e Valores.

() Cessação do vínculo, incluindo exonera o e demissão, início da aposentadoria ou a extin o do vínculo por falecimento do agente público.

() Retorno ao órgão ou entidade de origem do agente público licenciado com base no inciso VI do art. 77 da Lei Estadual n  5.810 de 24 de janeiro de 1994 (RJU).

() Retorno ao órgão ou entidade de origem do agente público cedido aos demais Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com ônus para o cessionário.

Belém/PA, ____/____/202__.

Assinatura legível, ou rubrica acompanhada de carimbo.

Tabela de Códigos de Bens e Direitos

GRUPO	CÓDIGO DOBEM OU DIREITO	DESCRIÇÃO DO BEM	OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR
Bens imóveis	1.1	Apartamento	Sim, independentemente do valor de aquisição.
	1.2	Casa	
	1.3	Terreno Urbano	
	1.4	Galpão	
	1.5	Sala Comercial ou Escritório	
	1.6	Loja	
	1.7	Outros bens imóveis	
Bens móveis	2.1	Veículo automotor terrestre: caminhão, automóvel, moto, etc.	Sim, independentemente do valor de aquisição.
	2.2	Embarcação	
	2.3	Outros bens móveis	Somente se o valor unitário de aquisição for igual ou superior a R\$ 5.000,00
Participações societárias	3.1	Ações, quotas ou quinhões de capital	Somente se o valor de aquisição for igual ou superior a R\$ 5.000,00
	3.2	Outras participações societárias	
Bens e direitos	4.1	Caderneta de poupança	Somente se o saldo for igual ou superior a R\$ 5.000,00
	4.2	Depósito bancário em conta corrente	
	4.3	Aplicação de renda fixa (CDB, RDB, CRI, CRA, Debêntures e outros)	
	4.4	Outros bens e direitos: aplicações e investimentos, créditos e poupança vinculados, depósitos à vista e Numerário, Fundos.	Somente se o saldo, valor pago, valor de aquisição ou o valor do direito for igual ou superior a R\$ 5.000,00

Tabela de Relação de Vínculo ou Dependência

CÓDIGO	RELAÇÃO DE VÍNCULO OU DEPENDÊNCIA
1	Agente público declarante
2	Cônjuge ou companheiro(a).
3	Filho(a) ou enteado(a) que viva sob a dependência econômica do declarante.
4	Pais, avós e bisavós que vivam sob a dependência econômica do declarante.
5	Menor pobre, até 21 (vinte e um) anos, que viva sob a dependência econômica do declarante.
6	A pessoa absolutamente incapaz que viva sob a dependência econômica do declarante.
7	Sobrinho(a), neto(a) ou bisneto(a) que viva sob a dependência econômica do declarante.
8	Outra pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.



PRÁTICAS GERENCIAIS DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES ECONÔMICOS

DECLARAÇÃO

Eu, _____,

declaro para fins de abatimento do IMPOSTO DE RENDA, que as pessoas abaixo discriminadas estão sob minha dependência econômica.

NOME	DATA DO NASCIMENTO	GRAU DE PARENTESCO	CPF

Fico ciente que a falsidade desta declaração implicará na aplicação de penalidades de acordo com a legislação vigente.

Belém/PA, ____/____/202__.

Assinatura do nomeado